



INCLUSÃO ESCOLAR E A PREPARAÇÃO PEDAGÓGICA

Miriã Lemes Dos Santos Casagrande¹

Dalila Mateus Gonçalves²

INTRODUÇÃO

Inclusão escolar é acolher todas as pessoas, sem exceção, no sistema de ensino, independentemente de cor, classe social e condições físicas e psicológicas. O termo é associado mais comumente à inclusão educacional de pessoas com deficiência física e mental.

Recusar-se a ensinar crianças e jovens com necessidades educacionais especiais (NEE) é crime. O atendimento especializado é obrigatório em todas as instituições. Contudo o termo não deve ser confundido com escolarização especial, que atende os portadores de deficiência em uma sala de aula ou escola separada, apenas formadas de crianças com NEE (PORTAL DA EDUCAÇÃO, s/d). A lei não permite que as escolas realizem o atendimento especializado separado, pois de acordo com a constituição federal em seu Artigo 208 o atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, deve ser realizado preferencialmente na rede regular de ensino, juntamente com outras crianças (BRASIL, 1988).

Muitas das vezes o atendimento escolar especial (AEE) deve ser feito com um profissional auxiliar, em caso de paralisia cerebral, por exemplo. Esse profissional auxilia na execução das atividades, na alimentação e na higiene pessoal. O professor e o responsável pelo AEE devem coordenar o trabalho e planejar as atividades. O auxiliar não foge do tema da aula, que é comum a todos os alunos, mas o adapta da melhor forma possível para que o aluno consiga acompanhar o resto da classe.

_

¹ CASAGRANDE, Miriã Lemes dos Santos: Acadêmica do I Termo do Curso de Bacharelado em Psicologia da Faculdade do Vale do Juruena. Bolsista do Programa de Iniciação Científica AJES, Período 2019/1. E-mail: mi1307.lemes@gmail.com

² GONÇALVES; Dalila Mateus: Docente do curso de Psicologia da AJES-Faculdade do Vale do Juruena, Email: dalilag96@hotmail.com.





A escola deve estar preparada para que os alunos com deficiência física tenham facilidade na sua locomoção, uma vez que necessitam de espaços modificados, como rampas, elevadores (se necessário), corrimões e banheiros adaptados e também engrossadores de lápis, apoio para braços, tesouras especiais e quadros magnéticos são algumas tecnologias assistivas que podem ajudar o desempenho das crianças e jovens com dificuldades motoras (PORTAL DA EDUCAÇÃO, s/d).

As instituições particulares são aquelas que costumam oferecer mais variedades inclusivas aos pequenos. No entanto, maior parte dos pais não tem como arcar com mensalidades dessas escolas, restando o ensino público como única alternativa, porém os professores da rede pública na maioria das vezes não recebem qualificação necessária para atender a demanda (FERREIRA; VICENTI, 2016).

2. DESENVOLVIMENTO

O sistema educacional brasileiro passou por grandes mudanças nos últimos anos e tem conseguido cada vez mais respeitar a diversidade, garantindo a convivência e a aprendizagem de todos os alunos.

As práticas educacionais desenvolvidas nesse período e que promovem a inclusão na escola regular dos alunos com deficiência (física, intelectual, visual, auditiva e múltipla), com transtorno global do desenvolvimento e com altas habilidades, revelam a mudança de paradigma incorporada pelas equipes pedagógicas. Essas ações evidenciam os esforços dos educadores em ensinar a turma toda e representam um conjunto valioso de experiências (EDUCAÇÃO INCLUSIVA, 2006).

A educação especial como modalidade de ensino ainda está se difundindo no contexto escolar. Para que se torne efetiva, precisarão dispor de redes de apoio que complementem o trabalho do professor. Atualmente, as redes de apoio existentes são compostas pelo Atendimento Educacional Especializado (AEE) e pelos profissionais da educação especial (intérprete, professor de Braille, etc.) da saúde e da família (EDUCAÇÃO INCLUSIVA, 2006).





No artigo "Da Educação segregada à educação inclusiva: uma breve reflexão sobre os paradigmas educacionais no contexto da educação especial brasileira", Rosana Glat e Edicléia Mascarenhas Fernandes explicam:

Neste contexto é que se descortina o novo campo de atuação da Educação Especial. Não visando importar métodos e técnicas especializados para a classe regular, mas sim, tornando-se um sistema de suporte permanente e efetivo para os alunos especiais incluídos, bem como para seus professores. Como mencionado, a Educação Especial não é mais concebida como um sistema educacional paralelo ou segregado, mas como um conjunto de recursos que a escola regular deverá dispor para atender à diversidade de seus alunos (GLAT; FERNANDES, 2005).

Movimentos nacionais e internacionais têm buscado um consenso para formatar uma política de inclusão de pessoas portadoras de deficiência na escola regular. Passos fundamentais devem ser dados para mudar o quadro de marginalização dessas pessoas, como: alteração da visão social; inclusão escolar; acatamento à legislação vigente; maiores verbas para programas sociais; uso da mídia, da cibercultura e de novas tecnologias.

Cabe a todos os integrantes da sociedade lutar para que a inclusão social dessas pessoas seja uma realidade brasileira no próximo milênio (MACIEL, 2000). Familiares pedese que aceitem uma realidade que não desejam e que não é prevista, uma realidade em que os meios sociais e a mídia pouco abordam e, quando o fazem, é de maneira superficial, às vezes preconceituosa e sem apresentar os caminhos para a inclusão social.

Os pais ou responsáveis por portadores de deficiência, por sua vez, também se tornam pessoas com necessidades especiais: eles precisam de orientação e principalmente do acesso a grupos de apoio. Na verdade, são eles que intermediarão a integração ou inclusão de seus filhos junto à comunidade (MACIEL, 2000).

Cada deficiência acaba acarretando um tipo de comportamento e suscitando diferentes formas de reações, preconceitos e inquietações. As deficiências físicas, tais como paralisias, ausência de visão ou de membros, causam imediatamente apreensão mais intensa por terem maior visibilidade. Já a deficiência mental e a auditiva, por sua vez, são pouco percebidas inicialmente pelas pessoas, mas causam mais estresse, à medida que se toma consciência da realidade das mesmas (MACIEL, 2000).





A falta de conhecimento da sociedade, em geral, faz com que a deficiência seja considerada uma doença crônica, um peso ou um problema. O estigma da deficiência é grave, transformando as pessoas cegas, surdas e com deficiências mentais ou físicas em seres incapazes, indefesos, sem direitos, sempre deixados para o segundo lugar na ordem das coisas. É necessário muito esforço para superar este estigma (MACIEL, 2000).

Sendo assim, o trabalho tem como método de pesquisa uma revisão de literatura, publicados em português, entre os anos de 2010 a 2019, a busca será realizada nas bases de dados *Scielo*, *Pepsic*, Periódicos da Capes, com as palavras-chave: inclusão escolar; capacitação profissional.

RESULTADOS ESPERADOS

O objetivo deste trabalho é buscar na literatura sobre a inclusão de alunos com deficiência nas escolas de ensino básico regular, e como se dá a qualificação profissional para atender a demanda.

Espera-se que esse estudo auxilie em uma melhor compreensão sobre a importância da inclusão escolar de pessoas com deficiência e sobretudo a qualificação dos profissionais. Através disso, pretende-se corroborar com as pesquisas nessa área.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da pesquisa já realizada, foi possível notar que a inclusão se faz necessária, ainda que aos poucos ela vem ganhando espaço, é necessário um investimento maior em qualificação e estrutura nas escolas. Por isso, verifica-se a importância da elaboração de mais estudos sobre o tema, tendo em vista a importância de conscientizar e orientar sobre o direito das pessoas com deficiência e a sua educação.

REFERÊNCIAS

BRASIL, NOVA ESCOLA. **Educação inclusiva: desafios da formação e da atuação em sala de aula <**https://novaescola.org.br/conteudo/588/educacao-inclusiva-desafios-da-





formacao-e-da-atuacao-em-sala-de-aula>.

BRASIL, Portal Da Educação. **O que é Educação Inclusiva?** Disponível em https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/conteudo/o/71911. Acesso em: 13 maio 2019.

FERREIRA, Maria de Fatima Matos; VICENTI, Terezinha. **O processo de inclusão do aluno deficiente no ensino regular publica na última década no Brasil.** 2016. Disponível em http://www.uniedu.sed.sc.gov.br/wp-content/uploads/2017/02/Maria-de-Fatima-Matos-Ferreira.pdf>. Acesso em: 15 maio 2019.

GLAT, R; FERNANDES, E.M. Da Educação segregada à educação inclusiva: uma breve reflexão sobre os paradigmas educacionais no contexto da educação especial brasileira. **Revista Inclusão**. Brasília, v. 1, n. 1, p. 35-39, 2005. Disponível em http://forumeja.org.br/sites/forumeja.org.br/files/Da%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20Segregada%20%C3%A0%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20Inclusiva.pdf. Acesso em: 16 maio 2019.

MACIEL, Maria Regina Cazzaniga. Portadores De Deficiência A Questão Da Inclusão Social. **SÃO PAULO EM PERSPECTIVA.** 2000. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392000000200008. Acesso em: 16 maio 2019.